

ÍNDICE

| | | |
|----|--|----|
| 1. | Introdução | 2 |
| 2. | Licenciamento Sanitário | 3 |
| | 2.1 <i>Licenças de funcionamento</i> | 3 |
| | 2.2 <i>Programa Regular de Inspeção</i> | 4 |
| 3. | Certificação Sanitária | 5 |
| | 3.1 <i>Exportações</i> | 5 |
| | 3.2 <i>Importações</i> | 7 |
| | 3.3 <i>Circulação Interna</i> | 8 |
| | 3.4 <i>Produtos sem valor comercial</i> | 8 |
| | 3.5 <i>Treinamento dos Serviços Distritais de Actividades Económicas (SDAEs)</i> | 8 |
| 4. | Laboratórios | 8 |
| 5. | Informática | 9 |
| 6. | Administração e Recursos Humanos | 10 |
| | 6.1 <i>Recursos humanos</i> | 10 |
| | 6.2 <i>Execução Orçamental</i> | 11 |
| | 6.2.1 <i>Fontes internas</i> | 11 |
| | 6.2.2 <i>Fontes externas</i> | 13 |
| 7. | Constrangimentos | 14 |
| 8. | Perspectivas | 15 |
| | ANEXO - TABELAS | 16 |

1. Introdução

As actividades do INIP em 2010 incidiram sobre 4 dos 7 pilares do sector das pescas, nomeadamente: (A) aumento da produção para a segurança alimentar e nutricional em pescado para a população; (D) aumento da contribuição das pescas na balança de pagamentos (E) garantia da exploração sustentável dos recursos; e (F) capacitação institucional do sector pesqueiro.

No âmbito dos pilares (A) e (D) e sendo os produtos de origem aquática fontes de proteína animal na alimentação da população e de arrecadação de divisas para o país, o Instituto Nacional de Inspeção do Pescado desenvolve esforços com vista a responder às crescentes exigências dos mercados nacional e internacional.

No ano 2010 foi dada ênfase à adequação da legislação, que rege a actividade de inspecção do pescado às novas exigências do mercado, em conformidade com o espírito do recém aprovado Regulamento Geral para o Controlo Hígio-sanitário dos Produtos Alimentares de Origem Aquática (Decreto 76/2009, de 15 de Dezembro).

Neste âmbito, foram produzidos e discutidos com diversos intervenientes os dispositivos legais complementares a este, nomeadamente:

- Requisitos hígio-sanitários para a produção de produtos alimentares de origem aquática (Diploma Ministerial 145/2010, de 24 de Agosto);
- Procedimentos de aplicação dos requisitos hígio-sanitários para referência do inspector e da indústria que contemplam, entre outros aspectos, os seguintes:
 - ✓ Controlo sanitário das conservas e pré-cozidos,
 - ✓ Salga, secagem e fumagem;
- Controlos e requisitos hígio-sanitários específicos para moluscos bivalves vivos e processados;
- Regras específicas para a certificação sanitária de produtos alimentares de origem aquática;
- Procedimentos para a certificação sanitária de produtos alimentares de origem aquática;
- Procedimentos para o licenciamento sanitário de embarcações;
- Procedimentos para o licenciamento sanitário de estabelecimentos;
- Procedimentos para o licenciamento sanitário dos operadores da pesca artesanal;
- Procedimentos para a aprovação de unidades produtivas e operadores da cadeia de valor que têm origem na aquacultura, cujo destino é o mercado interno ou externo;
- Requisitos para a rotulagem de produtos de origem aquática;
- Regras e critérios específicos de controlo laboratorial aplicáveis aos produtos alimentares de origem aquática.

Alguns destes instrumentos jurídicos foram já submetidos a S. Excia. O Ministro das Pescas e aguardam aprovação. Outros são aprovados ao nível do INIP. Espera-se que tanto uns como outros entrem em vigor ainda em 2011.

No âmbito da extensão das actividades do INIP às províncias, foi criado o Departamento de Inspeção do Pescado na província de Niassa e treinada uma técnica profissional para aquele Departamento. Foi ainda feito o treinamento dos Serviços Distritais de Actividades Económicas (SDAE) de distritos seleccionados em todas as províncias do país, tendo em vista a delegação de competências àqueles órgãos locais relativamente ao controlo da circulação dos produtos da pesca em território nacional.

Atendendo a solicitações da indústria e à preocupação do sector relativamente à forte dependência em relação ao mercado Europeu, o INIP preparou e submeteu “dossiers” solicitando acesso dos produtos de Moçambique aos mercados do Brasil e da Rússia. Aguarda-se resposta das Autoridades Competentes daqueles países para que se dê início às exportações para os respectivos mercados.

2. Licenciamento Sanitário

O Departamento de Licenciamento Sanitário concentrou as suas actividades no ano 2010 na análise e proposta de listas de unidades sanitárias produtivas a aprovar para os diferentes mercados (Europeu, outros países e nacional) e na realização do programa regular de inspeção para a verificação e controlo da observância dos requisitos hígio-sanitários nas unidades produtivas.

2.1 Licenças de funcionamento

Em todo o país foram, ao longo do ano 2010, licenciadas 572 unidades produtivas cuja distribuição por tipo e mercado e por província se pode ver nos gráficos 1 e 2 e respectivas tabelas (em anexo).

Através do gráfico 1 e da respectiva tabela (em anexo) visualiza-se claramente que foram licenciadas mais unidades produtivas em 2010 do que em 2009, com uma diferença de 99 unidades, correspondentes a uma taxa de crescimento de 21%. Notabilizaram-se os aumentos nos meios de transporte e estabelecimentos em terra. Por outro lado, houve redução nos estaleiros de secagem e nas embarcações semi-industriais.

De 2009 para 2010 ocorreu um aumento de unidades produtivas licenciadas para manusear produtos para exportação (tanto para a UE como para Outros Países) enquanto o número de estabelecimentos licenciados para manusear produtos apenas para o Mercado Nacional reduziu de 66 para 52.

Gráfico 1. Unidades Produtivas Licenciadas em 2009 e 2010, por tipo

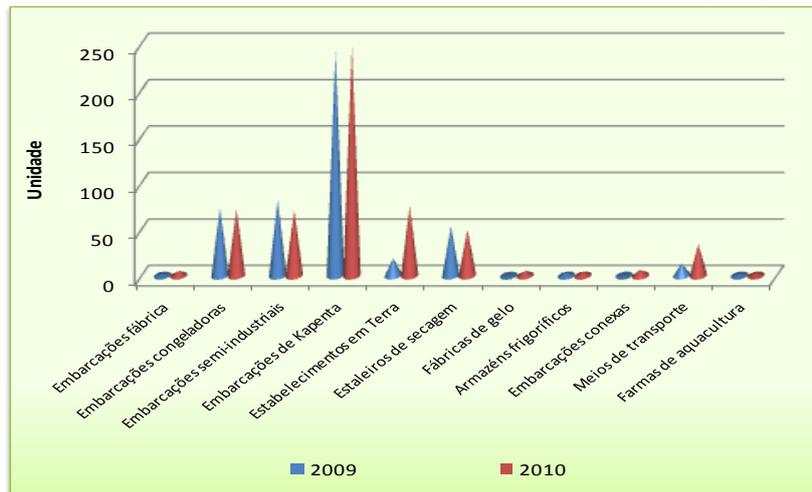
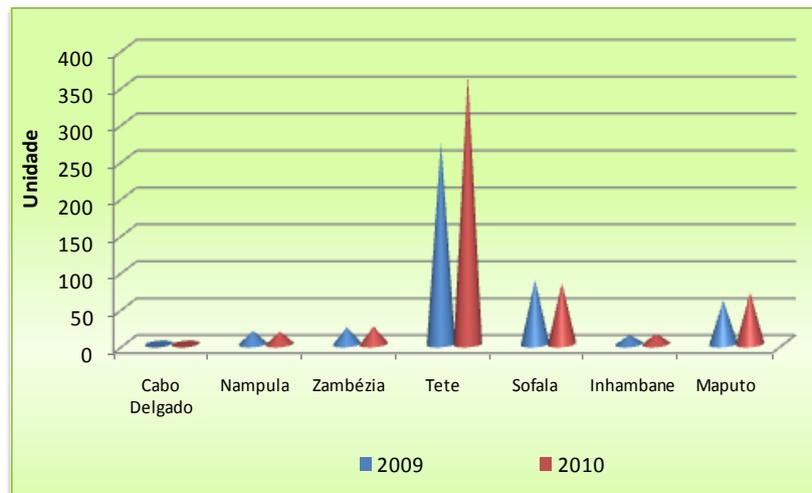


Gráfico 2. Unidades Produtivas Licenciadas em 2009 e 2010, por Província



O gráfico 2 e a tabela 2 (em anexo) revelam que, comparando os anos 2009 e 2010, neste último ano houve muito maior número de unidades produtivas licenciadas em Tete e apenas um número tangencialmente maior em Maputo; porém Sofala registou redução no mesmo período.

2.2 Programa Regular de Inspeção

No âmbito do programa regular de inspeção (PRI), que consiste na verificação e controlo da observância dos requisitos hígio-sanitários das unidades produtivas, foram realizadas 616 visitas em 2010, sendo 122 a unidades produtoras de produtos destinados ao mercado Europeu, 181 a unidades produtoras para o mercado de outros países e 53 a unidades de venda para o mercado nacional. As restantes 260 visitas foram de vistorias.

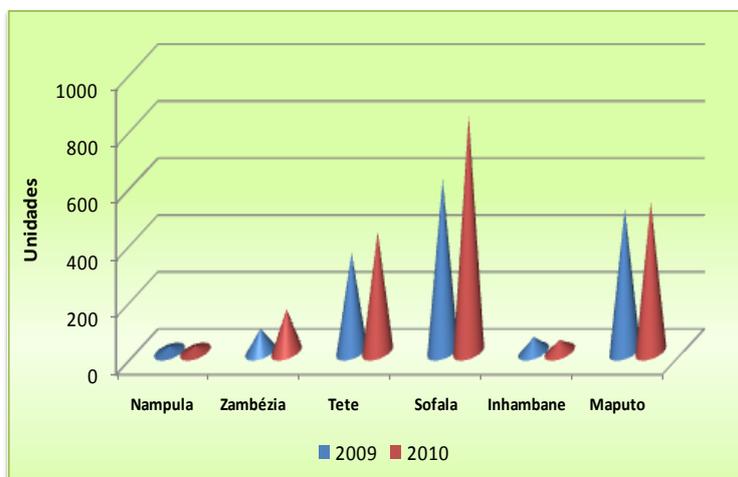
3. Certificação Sanitária

O Departamento de Certificação Sanitária verifica a qualidade hígio-sanitária dos produtos alimentares de origem aquática, de modo a determinar se são próprios para o consumo humano, e confere certificados para as exportações, licenças sanitárias para os produtos importados, boletins de inspeção para as amostras ou produtos sem valor comercial transportados para o estrangeiro e declarações de verificação para os produtos que circulam dentro do território nacional.

3.1 Exportações

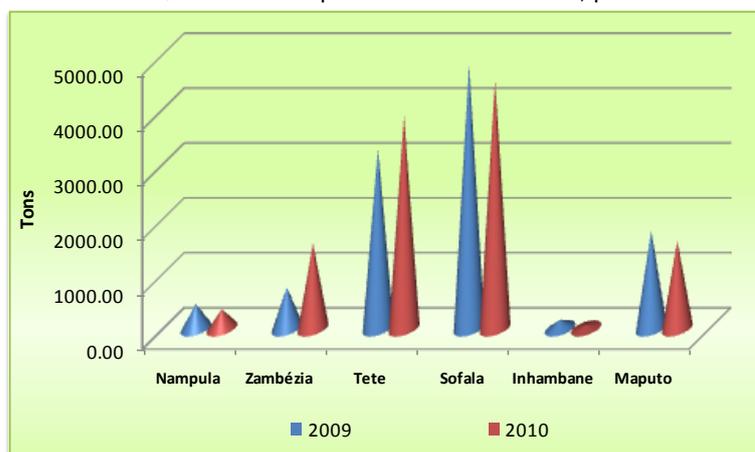
Verifica-se no gráfico 3 e respectiva tabela 3, em anexo, que houve um maior número de certificados emitidos em 2010 do que em 2009, diferença que totaliza 376 certificados, correspondentes a uma taxa de crescimento de 23%.

Gráfico 3. Número de Certificados Sanitários emitidos para as Exportações 2009 e 2010, por Província



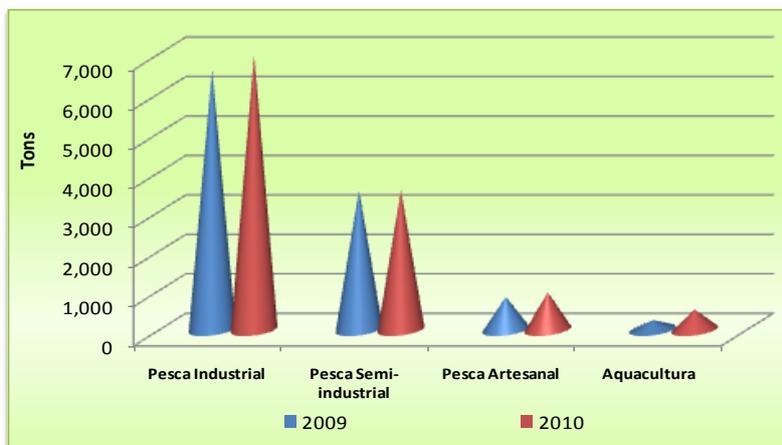
A província que mais Certificados Sanitários emitiu, tanto em 2009 como em 2010, foi a de Sofala, seguida de Maputo, Tete e Zambézia.

Gráfico 4. Quantidades Exportadas em 2009-2010, por Província



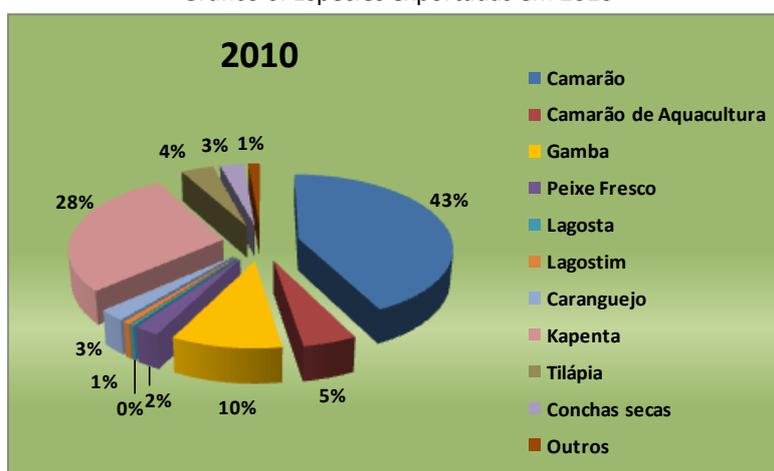
O gráfico 4 e a tabela 3 (em anexo) mostram que em 2010 as exportações atingiram 11.959,13 toneladas contra as 11.220,40 de todo o ano de 2009, isto é, um aumento de 738,73 toneladas, em termos absolutos, equivalentes à taxa de crescimento de 7%. Analisando-se a proveniência dos produtos por província observa-se que a província de Sofala é a que mais exporta produtos da pesca, seguida de Tete, Maputo e Zambézia.

Gráfico 5. Proveniência dos produtos por sector da pesca



Observando-se a proveniência dos produtos exportados por tipo de actividade, espelhada no gráfico 5 e tabela 4 (em anexo), conclui-se que 58,2% são provenientes da pesca industrial, 29,6% da pesca semi-industrial, 7,9% da pesca artesanal e apenas 4,3% da aquacultura.

Gráfico 6. Espécies exportadas em 2010



Em 2010 43% das exportações foram de camarão de superfície, 28% de kapenta (*Limnothrissa miodon*), 10% de gamba (camarão de profundidade), 5% de camarão de aquacultura e 4% de tilápia seca (gráfico 6 e tabela 6).

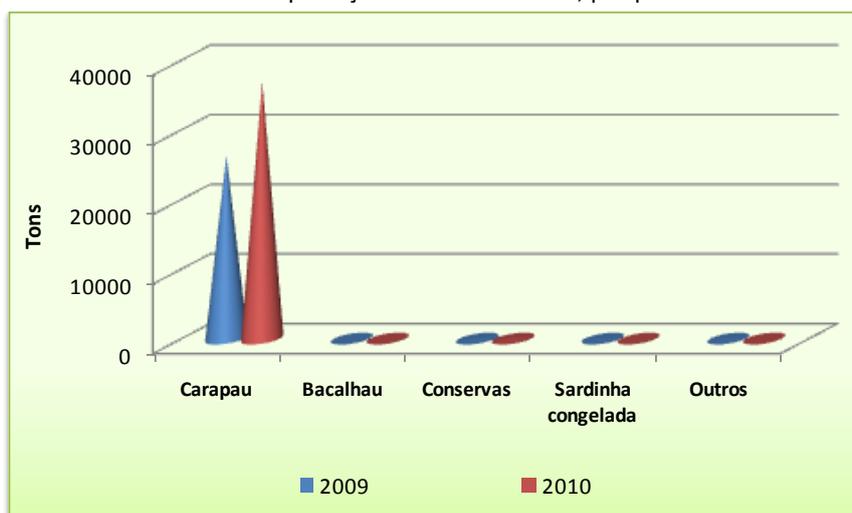
De 2009 para 2010 destaca-se o aumento das exportações de camarão de aquacultura de 243,4 para 591,3 toneladas (143%), da lagosta de 5,7 para 42,07 toneladas (638%) e do

peixe fresco de 171,7 para 280,9 toneladas (64%). O lagostim por sua vez conheceu uma redução nas suas exportações de 128,2 para 85,8 toneladas (tabelas 5 e 6).

3.2 Importações

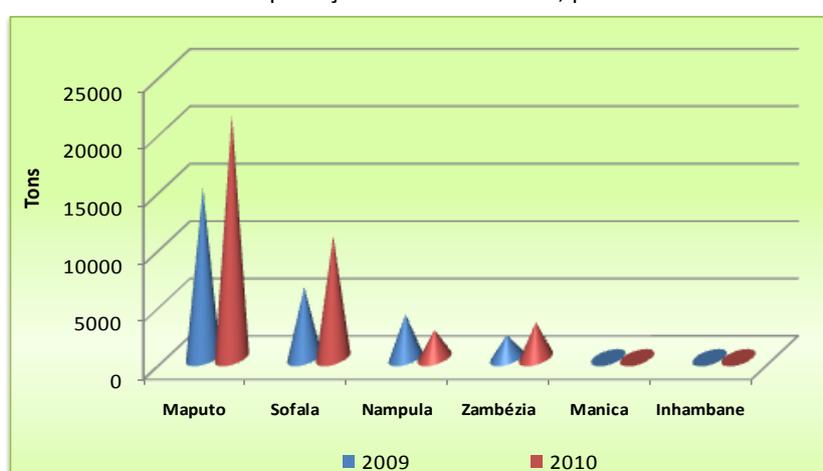
Os dados mostram um aumento das importações no ano 2010, se comparadas às de 2009, de 26.686,9 para 37.267,6 toneladas, correspondente a 38%.

Gráfico 7. Importações em 2009 e 2010, por produto



Tanto o gráfico 7 como a correspondente tabela 7 (em anexo) mostram que o carapau foi o produto mais importado do estrangeiro, tendo, em 2010, a quantidade sido, em termos absolutos, superior em cerca de 11 mil tons, o que equivale à taxa de crescimento de 40%.

Gráfico 8. Importações em 2009 e 2010, por Província



De acordo com o gráfico 8 e a respectiva tabela 8 (em anexo), a província que mais produtos da pesca importou no país foi Maputo, tendo em conta que estão incluídas as importações da cidade de Maputo. Segue-se a província de Sofala. Estas duas províncias e a da Zambézia

registaram aumentos em 2010, em relação a 2009, enquanto Nampula registou decréscimo no mesmo período. Em termos globais, como já foi referido, houve um aumento de 11 mil toneladas.

3.3 Circulação Interna

Em 2010 foram emitidas 14.399 declarações de verificação relativas a 28.551,77 toneladas de produtos alimentares de origem aquática para a circulação interna, contra 11.612 declarações, correspondentes a 24.248 tons de produtos de ano de 2009. Em termos de crescimento, a taxa de boletins emitidos atingida em 2010 foi de 24% comparativamente a 2009.

3.4 Produtos sem valor comercial

Em 2010 foram emitidos 4.338 boletins de inspeção relativos a 23,2 toneladas de amostras sem valor comercial, contra 4.282 boletins, correspondentes a 21,1 tons de amostras transportadas para o estrangeiro em 2009. Portanto atingiu-se a taxa de crescimento de 1,3%.

3.5 Treinamento dos Serviços Distritais de Actividades Económicas (SDAEs)

O INIP não está presente em todos os pontos estratégicos do país (portos, aeroportos e fronteiras) para o controlo da circulação interna de produtos alimentares de origem aquática. Assim, entre Outubro e Dezembro de 2010 deslocou equipas para as capitais provinciais e distritais, a fim de dotar de conhecimentos básicos, aos Directores Distritais, técnicos dos SDAEs, fiscais comunitários e outros intervenientes, sobre o sector das Pescas e inspeção de pescado e emissão de documentos de certificação sanitária, concretamente Declaração de Verificação (DV) e Boletins de Inspeção (BI).

Foram formados 108 participantes, oriundos de 56 distritos do País, e agora é já possível estabelecer parcerias com os SDAEs, para a inspeção do pescado. Espera-se assinar “memoranda” de entendimentos, no sentido de o INIP delegar competências a estes serviços contra a retenção de uma determinada percentagem da receita.

4. Laboratórios

Os Laboratórios de Inspeção do Pescado (LIPs), para além de terem realizado as análises laboratoriais de rotina (945 sensoriais, 2.226 químicas e 8.096 microbiológicas -“vide” tabela 9 em anexo), concentraram-se na preparação do processo de acreditação. Nesta perspectiva, teve início a implementação do Manual da Qualidade em Março de 2010, tendo

este sido revisto em Dezembro do mesmo ano, após a reunião do Grupo da Qualidade (técnicos dos diversos laboratórios).

Para aferir o seu grau de preparação para a acreditação e beneficiar de assistência técnica, o INIP submeteu o LIP de Maputo a uma avaliação por uma consultora internacional financiada pela UNIDO (United Nations Industrial Development Organization), ou seja, Organização para o Desenvolvimento Industrial, agência das Nações Unidas, tendo obtido a classificação de melhor laboratório público do País.

Com vista a melhorar as condições de trabalho e acomodar equipamento para a realização de novas análises laboratoriais foram iniciadas obras para a ampliação do LIP de Maputo. Este novo bloco acomodará a recepção e preparação das amostras, as análises de metais pesados, o armazém dos equipamentos e reagentes, a lavandaria, para além de uma biblioteca, sala de reuniões e sala onde ficará o gestor da qualidade e toda a documentação relacionada com a gestão da qualidade. A construção deste novo bloco irá permitir também que no antigo bloco seja criada uma sala de preparação de amostras de moluscos bivalves e sala para análises químicas da água.

No âmbito do projecto de “Controlo de Resíduos de Contaminantes” ao nível da SADC, o INIP beneficiou de um equipamento HPLC-MS para o controlo de histaminas, que poderá também vir a ser usado para o controlo de resíduos veterinários e outros contaminantes ambientais, requisito necessário para garantir a segurança sanitária dos produtos da pesca e seus derivados. Neste contexto foi necessário fazer certas modificações em 2 salas do LIP da Beira, de modo a criar condições para acomodar o equipamento.

5. Informática

A repartição de informática, para além das actividades de rotina, realizou a manutenção preventiva, correctiva e adaptativa do sistema informático a nível da sede e das delegações e realizou as seguintes actividades de relevo:

- Adquiriu equipamento informático para o processo de centralização da base de dados;
- Instalou a base de dados do licenciamento e da certificação nas províncias de Sofala, Zambézia e Tete;
- Avaliou a compilação de dados da base de dados do Licenciamento e Certificação sanitários;
- Introduziu o uso do “Skype”, comunicação gratuita via internet, na Sede e em todas as Delegações provinciais.

6. Administração e Recursos Humanos

O Departamento de Administração e Recursos Humanos priorizou as actividades de formação e gestão sustentável dos fundos, através da planificação e orçamentação atempadas, dado o imperativo de contenção de custos decretado pelo Conselho de Ministros.

6.1 Recursos humanos

O INIP emprega actualmente 133 funcionários, sendo 45 inspectores, 24 laboratoristas e os outros 64 estão afectos às áreas de apoio. A distribuição por nível académico é a seguinte: 46 são técnicos superiores, 54 técnicos médios e 33 técnicos básicos.

Em 2010, apesar de o INIP precisar de contratar técnicos para a instituição, realizar a progressão e mudança de carreira aos seus funcionários, não logrou realizá-lo por falta de verba, uma vez que os valores que lhe foram alocados não conseguiram sequer cobrir o pagamento dos salários até ao final do ano tendo sido necessário solicitar reforço na rubrica de salários.

Uma actividade de relevo realizada durante o ano de 2010 foi o treinamento do pessoal do INIP em diversas áreas, tanto técnicas como administrativas, com vista à melhoria de conhecimentos e consequente melhoria do seu desempenho. Em 2010 tiveram lugar os seguintes cursos de curta duração que foram frequentados por técnicos de todo o país:

- Pré-requisitos HACCP - Infra-estruturas e equipamentos na indústria de produtos da pesca (34 técnicos do INIP, Escola de Pesca - EP e Fundo de Fomento Pesqueiro - FFP);
- HACCP aplicado a produtos da pesca – nível avançado I para inspectores (14 técnicos);
- HACCP aplicado a produtos da pesca – nível avançado I para a indústria (16 técnicos);
- HACCP aplicado a produtos da pesca – nível avançado II (29 técnicos);
- Amostragem estatística – Inspectores e outros técnicos dos laboratórios (27 técnicos)
- Gestão de Qualidade nos laboratórios (2 técnicos);
- Gestão de Recursos Humanos (14 técnicos);
- Formação no navio escola espanhol INTERMARES em segurança, pescas, processamento e mecânica (6 técnicos);
- Gestão do património e Finanças Públicas (12 técnicos);
- Secretariado (1 funcionária); e
- Língua inglesa (31 funcionários).

Quanto à formação na língua Inglesa, a aposta é levar todos os funcionários matriculados no ano 2010 a atingir o nível mais alto que o Instituto de Línguas lecciona.

6.2 Execução Orçamental

Para a realização das suas despesas o INIP contou, durante o ano de 2010, com seis (6) fontes de financiamento, tanto internas como externas, nomeadamente o Orçamento do Estado (OE), receitas consignadas (RC), Fundo Comum (Noruega e ICEIDA), Fundo para o Desenvolvimento Internacional do Reino Unido (DFID), Fundos da AFD (Agência Francesa para o Desenvolvimento) e Receitas Próprias (RP) provenientes das cobranças feitas pelos serviços de inspeção do pescado prestados à indústria.

Durante o período em referência, foi programada a compra de 4 viaturas, sendo 2 pelo OE e as outras pelas RC. De realçar que as viaturas, cuja aquisição havia sido planificada, destinavam-se às Províncias de Manica, Cabo Delgado, Inhambane e INIP Sede. A viatura para o INIP Sede, visando o transporte do pessoal, deixou de ser adquirida por ter havido corte no orçamento das RC.

Pela mesma razão teve que ser cancelada a Reunião Nacional da Inspeção do Pescado que já vinha sendo realizada anualmente desde 2006.

Haviam sido programados, igualmente, a construção das instalações em Tete, onde funcionará a Delegação do INIP, a reabilitação das instalações de Vilanculos, a reabilitação das instalações da cidade de Inhambane, a ampliação das instalações de Nacala e o apetrechamento das delegações em mobiliários e equipamentos diversos. Estas actividades não foram realizadas por constrangimentos de ordem financeira.

Quanto ao edifício de Tete, foi apenas possível o pagamento do desenho topográfico e da planta arquitectónica, através do fundo codificado como MDP/0012/96-RC, que também pagou as duas viaturas que tinham sido programadas no OE.

6.2.1 Fontes internas

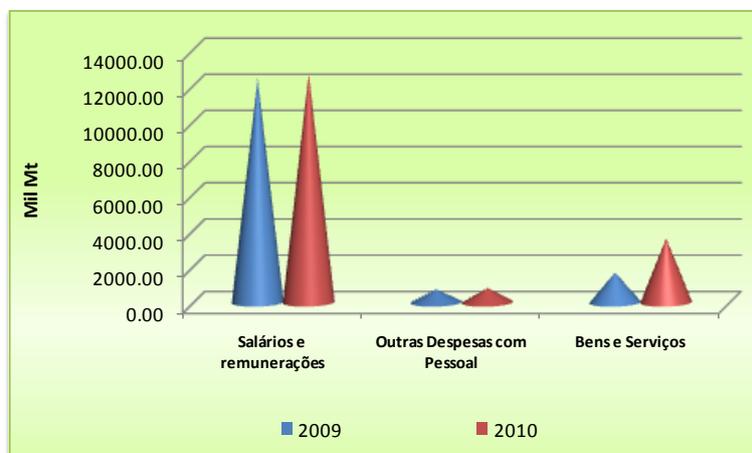
No que se refere ao financiamento interno, o INIP conta com fundos do Orçamento do Estado, Receitas Consignadas e Receitas Próprias.

6.2.1.1 Orçamento do Estado

Os fundos do Orçamento do Estado serviram para pagamentos de salários e para despesas gerais de funcionamento.

Quanto ao orçamento para o pagamento de salários, houve redução em relação ao programado, tendo resultado que o valor só permitiu pagar até o mês de Novembro. Para o mês de Dezembro e o 13º salário, foi necessário solicitar reforço ao Ministério das Finanças. Por esta razão, não foi possível admitir novos funcionários, necessários em várias áreas e delegações provinciais da instituição.

Gráfico 9. Execução de Despesas do OE em 2009 e 2010, por rubrica



O gráfico 9 e a tabela 10 (em anexo) ilustram a realização das despesas relativas ao OE. A fraca execução da rubrica de Bens e Serviços deveu-se à comunicação tardia dos valores para execução do orçamento 2010 (Julho). A execução do ano 2010 iniciou tendo como base o valor alocado em 2009 (conforme orientação do Ministério das Finanças), que era de cerca de 2 milhões, pelo que o plano de tesouraria, até Julho de 2010, respeitou aquele limite e o critério de duodécimos.

Em termos globais, despendeu-se mais 2.268,3 contos em 2010 do que em 2009, o equivalente à taxa de crescimento de 15%. Em relação ao planificado a execução correspondeu a 81% do valor alocado.

6.2.1.2 Receitas consignadas (MDP/96/0012-RC)

Por esta fonte, tinham-nos sido disponibilizados 2.200.000,00 Mt (Dois milhões e duzentos mil Meticais) dos quais 800.000,00 Mt (oitocentos mil meticais) destinavam-se ao pagamento do desenho arquitectónico do edifício da Delegação de Tete e o restante valor para pagamento de meios de transporte.

O grau de realização nesta fonte foi de 98%, após terem sido pagas as duas actividades planificadas.

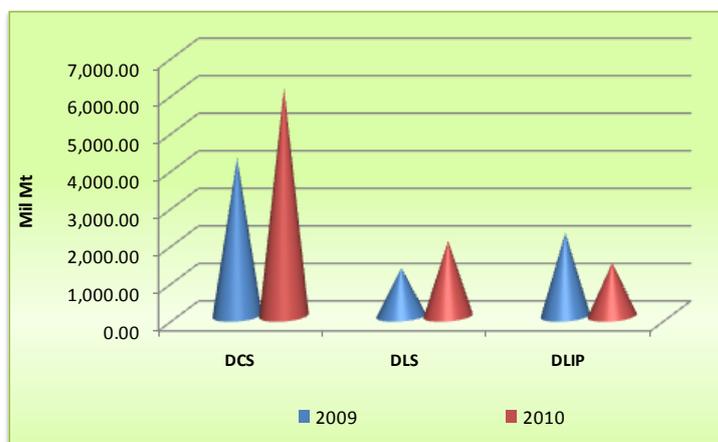
6.2.1.3 Receitas próprias

No ano em análise, segundo o gráfico 10 e a tabela 11 (em anexo), registou-se a arrecadação de 9.514.424,03 Mt (nove milhões, quinhentos e catorze mil, quatrocentos e

vinte e quatro meticais e três centavos). Verifica-se que em 2010 houve mais receita arrecadada do que em 2009, no montante de 1.794,8 contos, correspondentes à taxa de crescimento de 23%.

Em 2010 efectuaram-se despesas no valor de 9.357.644,47 Mt (nove milhões, trezentos e cinquenta e sete mil, seiscentos e quarenta e quatro meticais e quarenta e sete centavos), o que corresponde a um grau de realização de 99%.

Gráfico 10. Arrecadação de Receitas Próprias em 2009 e 2010, por Departamento



Da receita própria arrecadada em 2010, 2.589.774,32 Mt (dois milhões, quinhentos oitenta e nove mil, setecentos e setenta e quatro meticais e trinta e dois centavos) foram gastos em outras despesas com o pessoal, e 4.799.992,26Mt (quatro milhões, setecentos e noventa e nove mil, novecentos e noventa e dois meticais e vinte e seis centavos), foram gastos em bens e serviços.

6.2.2 Fontes externas

Quanto ao orçamento externo, o INIP, no período em análise, beneficiou apenas do financiamento do DFID, do AFD e do Fundo Comum.

6.2.2.1 DFID

O DFID financia actividades do INIP através de um projecto denominado “Support to the Mozambique Fisheries Sector to ensure continued market access to the EU for its fisheries products” (apoio ao sector pesqueiro de Moçambique para assegurar acesso contínuo ao mercado da UE para os seus produtos pesqueiros).

Por esta fonte, o INIP beneficia de assistência técnica de longo prazo de um consultor para a actualização da legislação relativa à inspecção do pescado e elaboração de nova legislação. No ano 2010, atendendo a uma solicitação do INIP, foram disponibilizados fundos para a

ampliação do Laboratório de Inspeção do Pescado de Maputo, tendo sido já paga a 1ª tranche à empresa que foi seleccionada para realizar as obras.

Desta fonte foram utilizados 115.232,18 USD (cento e quinze mil, duzentos e trinta e dois Dólares Americanos e trinta e dois cêntimos), do total de 519.618,36 USD (quinhentos e dezanove mil, seiscentos e dezoito Dólares Americanos e trinta e seis cêntimos) disponíveis. Deste valor 36.149,04 USD (trinta e seis mil, cento e quarenta e nove Dólares Americanos e quatro cêntimos) foram utilizados no pagamento da obra e o restante em despesas diversas relativas à assistência técnica (passagens aéreas, alojamento e salário).

6.2.2.2 Agência Francesa para o Desenvolvimento (AFD)

Através do AFD, foi-nos alocado um valor correspondente 1.763.600,00 Mt (um milhão, setecentos e sessenta e três mil e seiscentos meticais), do qual foi gasto 1.153.058,96 Mt (um milhão, cento e cinquenta e três mil e cinquenta e oito meticais e noventa e seis centavos), o que corresponde a um grau de realização de 65%.

Este fundo serviu para comprar reagentes nos mercados nacional e internacional, custear despesas de análises laboratoriais encomendadas no estrangeiro e as relacionadas com a participação em workshops da Organização Internacional para a Saúde dos Animais (OIE) e *CODEX Alimentarius* (taxas de inscrição, ajudas de custo, passagens aéreas e seguro de viagem).

6.2.2.3. Fundo Comum

Dos fundos da Noruega e ICEIDA, o INIP recebeu financiamento para diversas actividades, como é o caso da elaboração do Plano Estratégico da Inspeção do Pescado, preparação da acreditação dos laboratórios de inspeção do pescado e sua manutenção, formação e capacitação dos funcionários em diversas áreas, incluindo formação em língua inglesa.

Por esta fonte foi-nos alocado um valor de 11.798.400,00 (onze milhões, setecentos e noventa e oito mil e quatrocentos meticais), do qual foi gasto um total de 7.764.265,87 Mt (sete milhões, setecentos e sessenta e quatro mil, duzentos e sessenta e cinco meticais e oitenta e sete centavos), o que corresponde a um grau de realização de 66%.

7. Constrangimentos

O ano de 2010 caracterizou-se por restrições invulgares de ordem financeira, decorrentes tanto da necessidade de ajustes orçamentais dentro do Ministério das Pescas, como da contenção de despesas devida à conjuntura internacional.

Para além das dificuldades de ordem financeira, há ainda a mencionar a inoperacionalidade da base de dados, que é um factor constrangedor para o processamento e a compilação de informação estatística com a devida celeridade e detalhe requerido.

8. Perspectivas

Em 2011 procura-se completar ou realizar as actividades que ficaram por ser executadas em 2010, tanto as anuais como as plurianuais.

Uma das principais actividades é, através de consultoria, elaborar o Plano Estratégico da Inspeção do Pescado.

Enquanto não houver o plano estratégico, aposta-se na expansão das infraestruturas do INIP, na formação e capacitação dos quadros, bem como no recrutamento de novos técnicos para uma oferta de melhores e mais abrangentes serviços aos clientes actuais e potenciais, como serão as análises de água para o público em geral.

ANEXO - TABELAS

Tabela 1. Distribuição das unidades produtivas licenciadas por mercados para os quais elas processam

| Tipo de unidade | 2009 | | | | 2010 | | | |
|------------------------------|-----------|------------|-----------|------------|-----------|------------|-----------|------------|
| | UE | OP | MN | Total | UE | OP | MN | Total |
| Embarcações fábrica | 2 | 0 | 0 | 2 | 5 | 0 | 0 | 5 |
| Embarcações congeladoras | 70 | 3 | 0 | 73 | 70 | 2 | 0 | 72 |
| Embarcações semi-industriais | 0 | 27 | 55 | 82 | 0 | 39 | 32 | 71 |
| Embarcações de kapenta | 0 | 224 | 0 | 242 | 0 | 247 | 0 | 247 |
| Estabelecimentos em terra | 13 | 4 | 2 | 19 | 11 | 62 | 2 | 75 |
| Estaleiros de secagem | 0 | 52 | 1 | 53 | 0 | 50 | 0 | 50 |
| Fábricas de gelo | 0 | 1 | 0 | 1 | 0 | 3 | 2 | 5 |
| Armazéns frigoríficos | 2 | 1 | 0 | 3 | 2 | 2 | 0 | 4 |
| Embarcações conexas | 1 | 0 | 0 | 1 | 1 | 5 | 0 | 6 |
| Meios de transporte | 0 | 5 | 8 | 13 | 0 | 18 | 16 | 34 |
| Farmas de aquacultura | 1 | 1 | 0 | 2 | 2 | 1 | 0 | 3 |
| Total | 89 | 318 | 66 | 473 | 91 | 429 | 52 | 572 |

Tabela 2. Distribuição das unidades produtivas licenciadas por mercados e sua localização

| Província | 2009 | | | | 2010 | | | |
|--------------|-----------|------------|-----------|------------|-----------|------------|-----------|------------|
| | UE | OP | MN | Total | UE | OP | MN | Total |
| Cabo Delgado | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 |
| Nampula | 5 | 1 | 12 | 18 | 5 | 2 | 10 | 17 |
| Zambézia | 14 | 6 | 3 | 23 | 14 | 7 | 3 | 24 |
| Tete | 0 | 274 | 0 | 274 | 0 | 363 | 0 | 363 |
| Sofala | 55 | 6 | 26 | 87 | 52 | 20 | 11 | 83 |
| Inhambane | 2 | 9 | 1 | 12 | 2 | 11 | 1 | 14 |
| Maputo | 13 | 22 | 24 | 59 | 18 | 25 | 27 | 70 |
| Total | 89 | 318 | 66 | 473 | 91 | 429 | 52 | 572 |

Tabela 3. Número de Certificados Sanitários e quantidades exportadas em 2009 e 2010, por província

| Certificados Sanitários e Quantidades Exportadas, por Província | | | | |
|---|--------------|-------------------|--------------|-------------------|
| Província | 2009 | | 2010 | |
| | NCS | Quantidade (tons) | NCS | Quantidade (tons) |
| Nampula | 18 | 444,10 | 20 | 353,00 |
| Zambézia | 81 | 755,00 | 150 | 1.550,00 |
| Tete | 349 | 3.281,30 | 421 | 3.863,18 |
| Sofala | 608 | 4.805,20 | 829 | 4.528,12 |
| Inhambane | 51 | 158,00 | 41 | 64,83 |
| Maputo | 503 | 1.776,80 | 525 | 1.600,00 |
| Total | 1.610 | 11.220,40 | 1.986 | 11.959,13 |

NB : NCS* significa número de certificados sanitários

Tabela 4. Exportações de produtos em 2009 e 2010 com indicação do sector de proveniência

Unidade: Tons

| Proveniência dos produtos | 2009 | 2010 |
|---------------------------|------------------|------------------|
| Pesca industrial | 10.884,11 | 6.961,85 |
| Pesca semi-industrial | 89,29 | 3.534,61 |
| Pesca artesanal | 3,54 | 950,97 |
| Aquacultura | 243,46 | 511,70 |
| Total | 11.220,40 | 11.959,13 |

Tabela 5. Produtos exportados em 2009, por Província

| Província | Quantidade em toneladas | | | | | | | | | | | Total |
|--------------|-------------------------|------------------------|-----------------|---------------|-------------|---------------|---------------|-----------------|---------------|---------------|---------------|------------------|
| | Camarão | Camarão de aquacultura | Gamba | Peixe fresco | Lagosta | Lagostim | Caranguejo | Kapenta | Tilápia | Conchas secas | Outros | |
| Nampula | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 413,40 | 30,70 | 444,10 |
| Zambézia | 572,17 | 86,83 | 96,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 755,00 |
| Tete | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.901,32 | 380,00 | 0,00 | 0,00 | 3.281,32 |
| Sofala | 4.197,02 | 156,61 | 132,63 | 44,28 | 0,70 | 0,00 | 50,61 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 223,33 | 4.805,18 |
| Inhambane | 0,30 | 0,00 | 0,00 | 5,50 | 0,00 | 0,00 | 150,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2,20 | 158,00 |
| Maputo | 430,33 | 0,00 | 1.002,40 | 121,32 | 5,00 | 128,20 | 59,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 30,55 | 1.776,80 |
| Total | 5.199,82 | 243,44 | 1.231,03 | 171,10 | 5,70 | 128,20 | 259,61 | 2.901,32 | 380,00 | 413,40 | 286,78 | 11.220,40 |

Tabela 6. Produtos exportados em 2010, por Província

| Província | Quantidade em toneladas | | | | | | | | | | | Total |
|--------------|-------------------------|------------------------|-----------------|---------------|--------------|--------------|---------------|-----------------|---------------|---------------|---------------|------------------|
| | Camarão | Camarão de aquacultura | Gamba | Peixe fresco | Lagosta | Lagostim | Caranguejo | Kapenta | Tilápia | Conchas secas | Outros | |
| Nampula | 4,53 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,41 | 0,00 | 3,98 | 0,00 | 0,00 | 339,50 | 4,88 | 353,30 |
| Zambézia | 845,36 | 505,35 | 199,27 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,02 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.550,00 |
| Tete | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 3.395,74 | 467,43 | 0,00 | 0,01 | 3.863,18 |
| Sofala | 3.947,45 | 85,96 | 138,74 | 22,56 | 20,27 | 12,80 | 201,71 | 0,00 | 1,00 | 0,00 | 97,63 | 4.528,12 |
| Inhambane | 0,33 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 64,50 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 64,83 |
| Maputo | 287,24 | 0,00 | 871,00 | 258,38 | 21,39 | 73,00 | 30,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 58,99 | 1.600,00 |
| Total | 5.084,91 | 591,31 | 1.209,01 | 280,94 | 42,07 | 85,80 | 300,21 | 3.395,74 | 468,43 | 339,50 | 161,21 | 11.959,13 |

Tabela 7. Comparação dos produtos da pesca mais importados em 2009 e 2010 (Unidade: Toneladas)

| Produto | 2009 | 2010 |
|--------------------|-----------------|-----------------|
| Carapau | 26.338,8 | 37.001,6 |
| Bacalhau | 16,0 | 11,9 |
| Conservas | 128,7 | 191,5 |
| Sardinha congelada | 100,0 | 30,5 |
| Outros | 103,4 | 32,2 |
| Total | 26.686,9 | 37.267,6 |

Tabela 8. Importações de produtos, por província, nos anos 2009 e 2010 (Unidade: Toneladas)

| Província | 2009 | 2010 |
|--------------|------------------|------------------|
| Nampula | 3.7652,10 | 2.423,97 |
| Zambézia | 1.998,50 | 5.130,49 |
| Manica | 1,00 | 1,00 |
| Sofala | 6.140,00 | 10621,33 |
| Inhambane | 0,00 | 0,03 |
| Maputo | 14.782,32 | 21.090,75 |
| Total | 26.686,90 | 37.267,57 |

Tabela 9. Análises Laboratoriais em 2010.

| Análises Laboratoriais | | | |
|-------------------------------|------------------|----------------|-----------------------|
| Local | Sensorial | Química | Microbiológica |
| Maputo | 210 | 606 | 4.640 |
| Beira | 167 | 979 | 1.192 |
| Quelimane | 568 | 641 | 2.264 |
| Total | 945 | 2.226 | 8.096 |

Tabela 10. Execução orçamental do OE (Unidade: Mil Meticais)

| 2009 | | | | | 2010 | | | |
|----------------------------|------------------|------------------|------------------|---------------------|------------------|------------------|-----------------|---------------------|
| Rubrica | Alocado | Utilizado | Saldo | Realização % | Alocado | Utilizado | Saldo | Realização % |
| Salários | 10.007,00 | 12.392,70 | -2.385,70 | 124 | 12.676,30 | 12.685,50 | -9,20 | 101 |
| Outras despesas c/ pessoal | 849,60 | 713,90 | 135,70 | 84 | 841,40 | 784,70 | 56,70 | 93 |
| Bens e Serviços | 1.980,00 | 1.652,90 | 327,10 | 83 | 7.629,90 | 3.557,60 | 4.072,30 | 46 |
| Total | 12.836,60 | 14.759,50 | -1.922,90 | 115 | 21.147,60 | 17.027,80 | 4.119,80 | 80 |

Tabela 11: Arrecadação de Receitas Próprias em 2009 e 2010, por Departamento (Unidade: Mil Meticais)

| DEPARTAMENTO | 2009 | 2010 |
|----------------------------|-----------------|-----------------|
| D. Certificação Sanitária | 4.216,51 | 6.095,87 |
| D. Licenciamento Sanitário | 1.286,60 | 1.998,10 |
| D. Laboratórios | 2.216,51 | 1.420,45 |
| Total | 7.719,62 | 9.514,42 |